



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 9/2014

----- Aos nove dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- A ata da reunião de Câmara de 22 de abril de 2014 será presente à próxima reunião para discussão e aprovação. -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: setenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro euros e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e setenta e um mil, quinhentos e setenta e cinco e três cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – PRIVATIZAÇÃO DA EGF ----

----- RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE DE 2014 – ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR -----

----- RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE DE 2014 – DESMOR, EM, SA -----

----- GRUPO PARLAMENTAR “OS VERDES” - PROJETO DE LEI QUE VISA REVOGAR O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DE FOMENTO, SA (EGF), APROVADO PELO D/L Nº 45/2014, DE 20 DE MARÇO -----

**----- ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR - AGRADECIMENTO POR COLABORAÇÃO PRESTADA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Ressalvou a privatização da EGF que, enquanto autarca, considera muito importante e os pareceres negativos que aparecem quer a nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses quer a nível dos juristas mais conceituados. Relevou a importância que todos os autarcas poderem participar ativamente deste processo de esclarecimento e informar a população porque, sendo os legítimos representantes da população devem chamar à atenção para as vantagens e desvantagens desta privatização. Assim sendo disse que gostaria depois de dar conta se estão previstas algumas iniciativas no âmbito do esclarecimento das pessoas relativamente às vantagens e desvantagens deste processo de privatização. -----

**----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----**

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se à questão da privatização da EGF e ao documento disponibilizado reforçando a posição que tem vindo a tomar no sentido de a Câmara se vincar às posições da ANMP, quer pela força que esta associação poderá ter, quer ainda pela assessoria jurídica que está sempre por trás destas organizações, que têm outras condições, que o Município de Rio Maior sozinho não tem, de contratar juristas para tomar posição sobre este assunto. Congratulou-se pelo facto de os assuntos virem para conhecimento da Câmara conforme vão tendo desenvolvimentos e disse que em relação a este compromisso da ANMP de que oportunamente chegará aos municípios um parecer jurídico fundamentado, disse esperar que a Câmara de Rio Maior siga estas pisadas e que quando se tomar uma posição na Câmara esta seja baseada em pareceres jurídicos e seja em condições de informar as populações dos fundamentos e da posição que será tomada futuramente porque poderá ser de contradição e contrariedade à privatização desta entidade. -----

**----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----**

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente a este assunto lembrou que a AMO MAIS em conjunto com a Câmara de Loures, entre outras, apresentaram uma providência contra a privatização da EGF e na reunião que esteve presente na AMO MAIS a posição de todos os

municípios sem exceção foi de não vender as ações. Deu ainda conhecimento de que alguns representantes das Câmaras já estavam mandatados pelos órgãos municipais para não concordarem com a venda das ações e apelou para que essa seja a posição da Câmara na votação do ponto 7 da ordem de trabalhos desta reunião. Acrescentou ainda que dia doze vai realizar-se uma reunião extraordinária daquela associação porque a resposta tem que ser dada até ao dia catorze. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que irá continuar a insistir com a colocação de um armário e um cesto de papéis na sala dos vereadores da oposição assim como da necessidade de privacidade na mesma. -----

----- De seguida questionou se já está constituída ou não a Comissão de Trânsito e Toponímia, se foi dada resposta pelo Governo relativamente à questão dos utentes sem médico de família no concelho de Rio Maior e por último se seria possível disponibilizar os projetos que a Câmara tem previstos para o novo quadro comunitário de apoio e informar qual é a estratégia que o município vai utilizar relativamente ao envolvimento das pessoas, do executivo em particular e da oposição. -----

----- Terminou referindo-se às comemorações do 25 de Abril e a um acontecimento que o deixou extremamente desconfortável e deixou presente que se não fosse o respeito que tem por quem o elegeu e por todos os autarcas tinha feito o mesmo que a bancada da CDU e não teria participado enquanto se realizou a sessão de lançamento do livro. Disse que não conhece o conteúdo do livro, que as pessoas que o fizeram merecem todo o seu respeito, e que esta não é uma questão de conteúdo histórico e político mas sim da escolha do dia 25 de Abril, em específico, para o fazer. Continuou dizendo que soube que esteve prevista para o dia 6 de Novembro mas que por questões de edição foi atrasada e revelou-se agora uma situação desconfortável para o próprio e para a CDU e, provavelmente por não serem comunistas, não sentem o que o próprio sente e afirmou que o caminho da democracia é praticando-a e enquanto líderes políticos e poderes locais os sinais são interpretados de muitas formas. Enunciou algumas situações igualmente desconfortáveis que se passaram no concelho de Rio Maior e chamou à atenção que aquela comemoração com a publicação do livro relativamente aos presidentes do antigo regime não foi feliz. Nessa perspetiva pediu e solicitou que quando fossem estes momentos de grande envolvimento público se pudesse ter antecipadamente conhecimento da agenda, porque é um direito de informação, referindo que não é um direito de decisão porque é a maioria que decide. Disse que de qualquer modo esteve presente, embora não

satisfeito porque considerou que o povo que o elegeu certamente que não perceberia que não estivesse presente mesmo não estando confortável. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu-se também às comemorações do 25 de Abril que, em seu entender, e apesar de todas as vicissitudes decorreu com muita dignidade e dirigiu uma palavra de reconhecimento ao executivo no sentido de dignificar o 25 de Abril. Lamentou novamente que, tal como previamente tinha dito, a sessão solene não aparecesse destacada da forma que merecia e sim como apenas mais um apontamento da vida autárquica sem o destaque que, a seu ver, se impunha. -----

----- Referindo-se à semana da solidariedade disse que teve o privilégio de assistir à sua abertura e que esta atividade tem trazido pessoas de referência a Rio Maior, pessoas com responsabilidades na área social e em outras áreas, tem conseguido envolver instituições e técnicos e, pelo que lhe pareceu, pretende-se um modelo diferente de intervenção, de participação das pessoas, em prejuízo do modelo antigo ou do modelo ultrapassado demasiado formal e teórico. Disse ter gostado deste novo modelo mas alertou que é preciso que funcione já que numa das sessões a que assistiu, onde as pessoas queriam expor as livremente suas ideias não tiveram essa oportunidade e foram interrompidas. Considerou de extrema importância que, nestas situações, todos sejam capazes de transmitir que mais importante que aquilo que nos divide é aquilo que nos une e que uma das coisas que nos une, é o valor que damos às ideias de cada um e o respeito que devemos ter por cada um nas suas ideias. Deixou este apontamento dizendo que nem sempre as coisas correm bem mas que aquilo que importa é a vontade de melhorar e evoluir. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Em relação ao 25 de Abril afirmou que o concelho de Rio Maior já deu provas de democracia e de tolerância e que ter a capacidade de falar da história sem tabus é também um sinal de maturidade e consolidação da democracia. -----

----- Quanto à Semana da Juventude, que foi incorporada no programa das comemorações do 25 de Abril, disse que teve como principal objectivo ser para os jovens e organizada pelos jovens e que isso foi conseguido pela equipa formada pela Câmara Municipal e pelas associações juvenis do concelho. Continuou dizendo que todas as atividades realizadas foram um sucesso e deixou alguns exemplos como o “Tour Agarra a Vida” com mais de seiscentos alunos a participar, o workshop “Quem quer ser” com a participação de cinquenta e sete participantes, Workshops vários com cerca de cem participantes cada, o “Colour Fun Tour” que teve as inscrições

esgotadas e que considerou como um dos pontos altos da semana. Informou que quanto a esta última atividade foi sujeita a uma monitorização após o evento para se perceber quais as preferências, as formas de divulgação e o nível de satisfação dos participantes e apresentou dados concretos relativamente à mesma de forma a poder introduzir alterações e acções de melhoria. Fez referência ainda a outras atividades como o Free Style, a atuação de Tunas e bandas e o concurso “A Voz de Rio Maior” que se realizou no cineteatro e que esgotou, e finalmente os DJ’s que juntaram mais de setecentas pessoas. Referiu que as redes sociais têm um papel importante na divulgação e adesão a estes eventos. Por fim, endereçou um agradecimento a todos aqueles que participaram na organização e especialmente à equipa da Câmara Municipal porque sem eles o evento não teria o êxito que teve. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente à constituição da Comissão de Trânsito e Toponímia informou que ainda não está constituída. Quanto às comemorações do 25 de Abril afirmou que a história de um país ou localidade é feita por acontecimentos ou momentos bons e menos bons, consoante quem os vivencia, observa ou relata e que não raras vezes carregados de inferências dizendo que é tremendamente injusto e falacioso branqueá-las por forma a realçar só partes ou mesmo interpretações e considerou que se somos democratas e nos dizemos democratas temos que aceitar a opinião de todos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referindo-se às cerimónias das comemorações do 25 de Abril disse ficar triste e sensibilizado por se colocar em causa as comemorações dos quarenta anos do poder local por causa do lançamento de um livro. Disse que a história é feita de acontecimentos que se sucedem e o passado é também a nossa história. Afirmou que todos os momentos marcantes desde a fundação do nosso país são a nossa história e que é com orgulho, como riomaiorense, que se revê em todos os presidentes de câmara desde a fundação da República em 1910 independentemente de terem sido nomeados ou não pelo poder central. Continuou dizendo que hoje todos estão aqui porque o municipalismo foi criado no século XIX e teve a sua evolução até ao 25 de Abril e acredita que o lançamento do livro em nada fere a liberdade e a democracia, pelo contrário, é importante que os jovens tenham consciência da história e participem em todas estas datas. Assumiu que foi um dos responsáveis pelo lançamento do livro e que não está arrependido de o ter feito e o ter integrado nas comemorações, para as quais foram convidadas todas as forças políticas e compareceram aquelas que assim o entenderam. Terminou dizendo que em outras alturas também foram feitas

manifestações com as quais ideologicamente não concordou mas que não foi por isso que se sentiu desconfortável. Terminou dizendo que espera que o executivo tenha a força e a sabedoria para lançar o segundo volume porque considera que só desta forma se pode fazer as pontes entre o passado, o presente e o futuro. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que respeita todas as posições mas que o conteúdo deste livro é o relato de mais um capítulo da história de Rio Maior num dia evocativo ao poder local, áquilo que o 25 de Abril nos trouxe, há possibilidade e ao privilégio de se ser livremente e democraticamente eleito. Fez notar que se os familiares dos referidos no livro não estivessem estado presentes nas comemorações a sala teria estado quase vazia e a verdade é que houve muitos deputados municipais e presidentes de junta que estavam convidados e que não estavam presentes. -----

----- Relativamente às questões da sala dos vereadores da oposição pediu ao Chefe de Gabinete que as providencie. -----

----- Informou que sobre a questão dos médicos de família não existiram desenvolvimentos desde a última reunião em que se falou no assunto, ou seja, estão dois médicos cubanos a trabalhar contratados pela empresa prestadora de serviços, não são do quadro e por isso não têm utentes afetos à sua ficha, mas dão resposta aos utentes que não têm um médico. Acrescentou que teve conhecimento de que, de acordo com um protocolo que existe entre Portugal e Cuba, vão chegar mais vinte e seis médicos a Portugal. Disse ainda que, por parte do Ministério da Educação, havia a indicação que a partir de 2017 o problema dos utentes sem médico de família estaria ultrapassado mais que recentemente percebeu que poderia ser mais cedo, ou seja, antes de 2017 o sistema nacional de saúde poderia ter resposta para dar de um modo geral e a nível nacional. -----

----- Sobre a listagem de projectos referida na Assembleia Municipal informou que foi um documento de trabalho feito pelos onze municípios da Lezíria do Tejo no âmbito da estratégia 2020. Explicou que se tratou de uma súmula de projetos de acordo com programas eleitorais, quer da maioria quer dos outros partidos, porque o concelho é só um e a estratégia para o concelho deve ser de união e, nesse sentido, foi um documento de trabalho e quando forem definidos os projetos finais será dado conhecimento e haverá a oportunidade os poder discutir. -----

----- No que se refere à Semana da Solidariedade agradeceu a todos aqueles que participaram e colaboraram nomeadamente todas as instituições do terceiro sector e todos os parceiros de trabalho na área social. Disse que teve a oportunidade de estar no seu início e agradeceu pela presença dos senhores vereadores e todos aqueles

que estiveram no início das várias atividades que se foram desenvolvendo. Falou acerca das atividades desenvolvidas pela Aldeias SOS no âmbito do programa de fortalecimento familiar e sobre as atividades no âmbito da igualdade de género. Referiu que durante as atividades houve a oportunidade de ouvir relatos sobre a evolução dos casos da Comissão de Proteção de Jovens e Crianças em risco que acontecem no concelho. Agradeceu a todos os envolvidos e que àqueles que colaboraram na semana da solidariedade com um especial agradecimento às técnicas da Câmara Municipal que trabalham nessas áreas tão complicadas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para se referir à questão dos médicos no centro de saúde e dizer que é excelente que possam vir mais médicos para dar resposta às populações. Considerou que o problema que se coloca é que os médicos colocados não fazem consultas de continuidade porque para isso é preciso que sejam passados meios de diagnóstico e que seja dada continuidade àquela primeira ida e que é nisso que está a grande falha. Considerou que era importante dar aos médicos colocados, que têm a capacidade técnica, condições para fazerem um atendimento em condições e com continuidade e que se deixasse de pensar apenas na redução de custos, porque é disso que se trata.-

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 17/2014, DE 23 DE ABRIL – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 17/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 23 de abril do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que o prédio assinalado é atravessado por vários caminhos sem qualquer interrupção, pelo que se podem considerar do conhecimento e do domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 18/2014, DE 29 DE ABRIL – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO NORDESTE DO CONCELHO – FRÁGUAS- PEDIDO DE 2ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º

18/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 29 de abril do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar a segunda prorrogação do prazo, a título gracioso, da empreitada “Construção da Escola Básica do Nordeste do Concelho – Fráguas (Centro Escolar n.º 4)”, determinando a sua conclusão até dia 30 de junho de 2014, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, bem como aprovar o plano de trabalhos ajustado em conformidade com o prazo agora autorizado. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 19/2014, DE 30 DE ABRIL – SUSPENSÃO DE TRABALHOS DA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE – LOTE 1 – BENEFICIAÇÃO DA EN 1 – LIGAÇÃO RIO MAIOR – ASSEICEIRA” POR 60 DIAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 19/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 30 de abril do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar a suspensão dos trabalhos da Empreitada “Construção e beneficiação da Rede Rodoviária Municipal – 4ª fase – lote 1 – beneficiação da EN 1 – ligação Rio Maior – Asseiceira”, ao abrigo da alínea a) do artigo 297º do Código dos Contratos Públicos, por um período de 60 dias. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se e relevou como positivo o trabalho que está a ser feito na antiga Nacional 1 e em relação à sinalização, que não era pintada há mais de vinte anos, desde que passou para a Câmara Municipal, e considerou que este é um elemento importante para a segurança rodoviária quer dos automobilistas quer dos peões. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que tem sido sempre a política de todos os executivos tentar através dos fundos comunitários, fazer as obras o melhor possível e na maior extensão possível e não fosse a derrocada no local e o facto de só esta semana se ter conseguido arranjar meios financeiros para o compromisso a mesma já estaria concluída. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 20/2014, DE 30 DE ABRIL – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE – LOTE 7 – BENEFICIAÇÃO DA**



**EM 501 – FASE 2- LIGAÇÃO VALTEIRA/GANÇARIA” - PEDIDO DE 1ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 20/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 30 de abril do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar a primeira prorrogação do prazo, a título gracioso, da empreitada “Construção e beneficiação da Rede Rodoviária Municipal – 4ª fase – lote 7 – beneficiação da EM 501 – fase 2- Ligação Valteira/Gançaria” por mais 26 dias, determinando a sua conclusão até dia 31 de maio de 2014, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

**----- PONTO II – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – REVISÃO DE PREÇOS – FATURA N.º 3000127926 DE 28/02/2014 -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a despesa da revisão de preços referente à Fatura n.º 3000127926 de 28/02/2014 da Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior, no valor de 3 989,58€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**

----- Disse que estes são exemplos daquilo que contesta, não o executivo municipal porque não resulta da atividade do município, mas a ação de vários governos que temos vindo a acentuar o facto de que é o consumidor paga sempre, referindo que as actualizações de preços são automáticas, com exceção da água no caso de Rio Maior, e os ordenados são cada vez menores, ou seja, existe uma dupla penalização e as lógicas inerentes não são equitativas. Salientou que este tipo de política está a fazer com que as pessoas sejam cada vez mais pobres e que em Portugal, em três anos de troika, aumentou a dívida, aumentou o desemprego, aumentaram os pobres e aumentaram os ricos. Afirmou que Município nada pode fazer nesta situação se quer continuar a ter o serviço, mas tem que contestar estas políticas, assim como cada um de nós, porque se pagamos tanto devemos ter alguns direitos. -----

**----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----**

----- Reportando-se ao assunto em causa disse que aquilo que está em causa é uma revisão de preços e que esta deriva da lei e do contrato assinado e que por isso aquilo que está a votação e para decisão é o cálculo da mesma efetuado pelos serviços, em quem disse confiar, e que neste sentido está seguro que as contas estão bem feitas em defesa dos interesses de Rio Maior e da Câmara Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO III - RECENSEAMENTO ELEITORAL 2014 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência das verbas constantes do mapa anexo à informação em apreço para as Freguesias, no montante total de 459,60 € (quatrocentos e cinquenta e nove Euros e sessenta cêntimos), no âmbito do Recenseamento Eleitoral 2014.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Alertou que esta é uma situação ridícula quando se faz a comparação entre a responsabilidade do recenseamento que as juntas de freguesia têm e o valor que é atribuído para o efeito. Afirmou que se trata de uma forma de pôr os outros a trabalhar a um preço irrisório, não negociável, e que este tipo de situação faz parte de uma política de desvalorização do poder local, quer dos municípios, quer das freguesias. Considerou que não podemos estar contentes com isso e deixou o registo de que isto não é condigno do poder local. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Chamou à atenção dos serviços para o facto de a Lei ser clara na designação das freguesias a partir do dia da sua fusão oficial, sendo a designação correta Freguesia de X e X e não a anterior designação de União de Freguesias de X e X. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Realçou que de facto fomos todos enganados também nesse assunto porque inicialmente era para ser uma união de freguesias e depois é que se veio a perceber que afinal seria apenas uma freguesia e não uma união de freguesias. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV - ELEIÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU - COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA - MEMBROS DAS MESAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência

para as Juntas de Freguesia, no montante total de 7.750,00 € (sete mil setecentos e cinquenta Euros), no âmbito da eleição para o Parlamento Europeu de 25-05-2014.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que a democracia tem custos e se verifica uma redução para cinquenta euros por pessoa e deu testemunho da situação preocupante que é nos dias de hoje as pessoas que se oferecem para a função no concelho de Rio Maior porque esperam desesperadamente por este valor o que leva também a que haja organizações que se servem disso para terem pessoas na mesa. Considerou que o limite da democracia está, com isto, em risco, e que já lá vai o tempo em que a democracia era feita de benevolência, voluntariado e altruísmo. Disse que se trata de uma situação perigosa e que nunca deixaria de falar que fique impressiva que a política destes governos, esta política é de rebaixar a tempos de antes do 25 de Abril, verificando retrocessos de caratér social e humanos muito graves. Salientou que este é mais um exemplo disso a juntar aos três já apresentados e a outros três que ainda virão para deliberação. Indicou o sentido de voto como abstenção porque o porque o dinheiro não é da Câmara e também porque acha que não se justifica baixar a participação das mesas eleitorais. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente a este assunto disse ser óbvio que a democracia tem custos mas relevou que o país também tem dificuldades e que nesse sentido àqueles que tiveram oportunidade de lutar por este regime democrático nunca passou pela cabeça que o exercício da liberdade e o servir os outros tivesse que ser renumerado. Afirmou que o espírito era outro e que havendo verba disponível há que a dotar e aprovar e que aquilo que realmente importa é que nunca a democracia se deixe de exercer por falta de condições financeiras para o seu exercício porque considera que servir a comunidade para que os nossos semelhantes possam votar e possam expressar livremente a sua vontade política é um ato cívico e é uma situação que deve prestigiar qualquer democrata que se preze. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou que se trata de um ato de prestígio e de orgulho. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou que a sua abstenção nada tem que ver com a relação de afeto tem que ver com a desvalorização permanente desta política e disse que não vota contra apenas pelo fato desse dinheiro ser um elemento importante para muitas pessoas, caso contrário, politicamente, votava contra. -----

--- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta proposta embora lamente que a degradação da vida social das pessoas do nosso concelho obrigue à disputa destas miseráveis verbas que vêm para o serviço e exercício da democracia.” -----

----- **PONTO V - APELO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA – SUBSCRIÇÃO DE DOCUMENTO --**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é subscrever o apelo em defesa da Escola Pública, nos termos e fundamentos constantes na informação prestada pela Unidade de Educação, Ação Social e Saúde de 2 de maio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que este é um daqueles casos em que se orgulha de pertencer a este executivo e continuou dizendo que uma das mais belas conquistas que aconteceram com a revolução foi a democratização do acesso à escola e que no tempo atual aquilo que era um direito civilizacional é hoje posto em causa e vista como um negócio e que prova disso foi o facto de a organização mundial do comércio, em 1999, a ter apresentado como um dos negócios mais importantes para este primeiro quartel do século XXI, seguido da saúde, da segurança social e da água, transformando aquilo que era tido como direito fundamental em negócio para alguns. Referiu ainda que no nosso concelho fora dele temos alguns exemplos de fortunas feitas em pouco tempo à conta do dinheiro dos contribuintes com o sofisma de que era pela escola. Realçou a inteligência dos serviços que perante um apelo extremamente contundente tiveram a preocupação, assim como o executivo, de fazer o enquadramento no nosso concelho para lhe dar ainda mais valor, para se perceber que se queremos manter, valorizar e desenvolver a democracia é na escola pública para todos como um bom porto de abrigo e uma boa fonte de formação, prevalecendo o conteúdo da Constituição que identifica o ensino público como o fundamental e o ensino privado como supletivo. Disse não ter nada contra o ensino privado, onde foi professor durante quinze anos, mas tem contra a privatização da escola pública. Indicou o sentido de voto a favor com convicção e afirmou que espalhará por todo o lado que o município a que pertence é um defensor acérrimo da escola pública. Disse ainda que os riomaiorenses devem saber dessa posição e o todo o executivo como líderes de opinião e como responsáveis e representantes devem dizer aquilo que

passa também na defesa da escola pública. Concluiu dizendo que não precisa fazer declaração de voto e que o seu voto é a favor com profunda convicção e orgulho na defesa da escola pública esperando que a Câmara promova e apoie todas as iniciativas de valorização da escola pública como está a acontecer agora com a Escola Secundária de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou a maioria e os serviços pela apresentação desta proposta que deve unir todos por dois motivos essenciais: o cumprimento da Constituição e por coerência já que o Município de Rio Maior, não só neste executivo mas ao longo dos anos, tem investido na escola pública como prioridade e outra posição não poderia ser tomada que não esta. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse rever-se nas anteriores intervenções e que uma das grandes vitórias do 25 de Abril, e que consta da Constituição, é o direito ao ensino. Considerou que a escola pública foi um grande bem para os portugueses e que há que mantê-lo e incentivá-lo. Lamentou ainda que os vários governos não tenham tido a capacidade e o discernimento de deixarem de lado os seus interesses pessoais pondo em causa a escola pública e gastando, destruindo o dinheiro de todos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Concordou com todas as intervenções anteriores e em especial com o facto de os últimos governos terem vindo a destruir a escola pública através dos sucessivos contratos de associação em locais onde não são necessários, como é o nosso caso, enquanto estes apenas deviam existir nos locais onde são necessários. Afirmou que esta proposta de subscrição é exatamente fundamentada na atitude que este Município teve para com a educação que tem vindo desde sempre a apostar colaborar, cooperar, assegurar e que muitas vezes fez mais do que aquilo que lhe era exigido por lei, sempre em defesa das suas escolas e dos seus munícipes. Disse que atualmente o concelho de Rio Maior está servido por uma boa rede de escolas e que não lhe parece que agora depois de gastos milhões em equipamentos de educação se esteja agora a contribuir para esvaziar os potenciais frequentadores das escolas públicas. Acrescentou que neste momento esta subscrição vai essencialmente no sentido de combater o crescente aumento dos contratos de associação com colégios confinantes com o nosso concelho. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Registou a posição da Vereadora porque ela é duplamente valorizada, como subscritora da proposta e porque entra em rutura com o partido que a elegeu na

defesa da escola pública. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Fez notar que na sua intervenção também referiu que existem regiões do país que precisam desses contratos de associação, não sendo esse o caso de Rio Maior. Disse ainda que, por outro lado, independentemente do partido a que pertence, acima de tudo estão os interesses do concelho de Rio Maior. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI - ALTERAÇÃO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a alteração da área de influência dos Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Marinhas do Sal nos termos mencionados na informação e acordados entre as respetivas direções.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra por solicitação do próprio. -----

----- “Gostaria de colocar aqui duas questões, a primeira tem a ver com a proposta que é feita, que resulta de um trabalho muito apurado e um trabalho de gerir alguns conflitos e algumas capelinhas, que é um problema complexo, porque cada um de nós tem a sua maneira de ser e muitas vezes as capelinhas pela nossa matriz judaico-cristã acham que cada um deve ter uma capela para si. Hoje a escola pública não pode permitir isso e nós com o apelo anteriormente aprovado e porque estamos todos em sintonia devemos ter um papel proativo na sensibilização das populações e dos responsáveis. Nós queríamos registar em ata o trabalho que já está a ser feito com a Vereadora, com os serviços técnicos, com a Junta de Freguesia da Asseiceira para poderem sensibilizar a população, em concreto, se querem continuar a ter escola pública de qualidade não podem, nem devem, decidir sem terem consciência do que estão a fazer. Mas aqui este exemplo que me preocupa dois ou três pontos, nomeadamente o possível encerramento da escola JI e EB1 de Asseiceira, isto levanta problemas que me obrigam enquanto cidadão, depois enquanto político e depois enquanto Vereador e agora enquanto elemento subscritor do apelo da defesa da escola pública, a ir para o terreno e é isso que que faz votar a favor desta proposta pela persistência e pela forma extremamente meticulosa como se conseguiu gerir os conflitos de interesses. Espero que a gente possa ir para a rua, e aqui é no verdadeiro sentido da palavra, e dizer que a escola pública vale a pena é preciso é criar condições para tê-la.” -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Intervenção transcrita na íntegra por solicitação da própria. -----

----- “Queria acrescentar só que houve mais uma reunião com os agrupamentos como consta na informação e, registre-se para que fique bem claro, que foi feita uma adenda ao previamente acordado com o seguinte: a ocorrer o encerramento de algum dos estabelecimentos de ensino de Asseiceira no ano letivo 2015/2016 os alunos serão encaminhados para o agrupamento Marinhas do Sal. Apesar desta adenda, e de haver um compromisso entre os dois agrupamentos, registre-se que há um despacho do Ministério da Educação que diz muito claramente que o encarregado de educação é que escolhe o estabelecimento de ensino para onde quer matricular o seu educando. Isto para que um dia mais tarde não venhamos a ser chamados e ressurgam as capelinhas pegando nesta adenda e dizendo que isto estava acordado. Há um despacho ministerial que é cumprido por todos os estabelecimentos de ensino do nosso país. De facto para nós defendermos a escola pública temos que trabalhar em grupo e o setor de educação da Câmara Municipal de Rio Maior conta com a colaboração da Junta de Freguesia da Asseiceira para que esta escola consiga permanecer no tempo ativa.” -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII - OPÇÃO DE VENDA DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA VALORSUL NO ÂMBITO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EGF** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Intermunicipal da empresa seja desfavorável à venda da participação do capital social da Valorsul no âmbito do processo de privatização da EGF.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ser uma questão de concretização porque este é um tempo onde não é preciso apenas palavras mas também são precisos atos e considerou que a união é que pode ou não dificultar mais ou menos estes interesses na privatização da EGF que considera um crime por ser apropriação indevida. Afirmou que felizmente as autarquias estão a trabalhar em conjunto com a Associação nacional de Municípios Portugueses e todos os técnicos têm apontado para um parecer desfavorável. Indicou o sentido de voto a favor do parecer desfavorável. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que o que se trata de definir a posição que a Câmara de Rio Maior vai

tomar na Assembleia Intermunicipal da AMO MAIS e acrescentou que felizmente parece haver um consenso no sentido de os municípios que integram a Associação AMO MAIS tomarem uma posição conjunta contra a venda. Referiu que isto está em coerência com aquilo que tem vindo a defender, ou seja, que a Câmara Municipal de Rio Maior deve dar força às associações que integra na defesa dos interesses comuns que tem nessas associações. Desejou que a reunião corra bem e que se consiga, pela união, evitar esta venda porque considera que esta trará prejuízos para os municípios, para as populações e que se efetivamente a venda prosseguir pelo menos os municípios tenham o direito legal de ser opositores a essa compra e possam, se porventura existir alienação, adquirir as quotas de forma que fique na esfera pública a participação nestas empresas. Reforçou que a união é extremamente importante assim como a realização de um trabalho conjunto de esclarecimento às populações do porquê desta luta, quais são os objetivos que se pretendem e quais são as consequências que pode haver se porventura estas intenções fossem avante. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO SUL DO CONCELHO (CENTRO ESCOLAR Nº 3) - PROCESSO DE LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012, DE 22 DE AGOSTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a liberação parcial (30%) da caução referente à empreitada da “Construção da Escola Básica do Sul do Concelho (Centro Escolar Nº 3)”, nos termos propostos na Informação n.º 84/2014/UFCAP de 5 de maio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE MAIO DE 2014**

mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:**\_\_\_\_\_

**A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:**\_\_\_\_\_